



## RELATÓRIO

**Audiência Pública: “Condições de trabalho e necessidade de regulamentação da profissão de Salva-vidas”**

**Local: Auditório do Centro de Cultura da Câmara Municipal de Salvador**

**Data: 08/06/2022**

**Horário: 10h às 12h30**

### Componentes da Mesa

**Augusto Vasconcelos** – Vereador, Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

**João Franco** – Diretor de Comunicação da Associação Baiana de Salvamento Aquático (ABASA)

**Pedro Barretto Ribeiro** - Diretor de Políticas Sindicais do Sindicato dos Servidores da Prefeitura do Salvador (SINDSEPS)

**Jorge Cerqueira** – Vice-presidente da Sociedade Brasileira de Salvamento Aquático (SOBRASA)

**Dr. Maurício Ferreira Britto - MPT/BA** – Procurador do Ministério Público do Trabalho.

**Dr. Frank Monteiro Ferrari – MP/BA** – Promotor de Justiça. Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Proteção à Moralidade Administrativa – CAOPAM.



## **Abertura**

### **Augusto Vasconcelos**

Explicou que a audiência tinha como objetivo tratar das condições de trabalho e da regulamentação da profissão de salva-vidas. Lamentou que, embora tenham sido enviados convites para secretarias ligadas à Prefeitura, nenhum representante do executivo municipal fora enviado. Registrou insatisfação com tal postura das secretarias, sobretudo pela importância da pauta proposta pela audiência. Pontuou que Salvador é a capital com a maior faixa litorânea do Brasil, além dos rios que circundam a capital. Afirmou que, mesmo com uma extensão de orla marítima tão grande, atualmente as atividades da Salvamar ficam restritas à orla atlântica, deixando desguarnecidas as praias do subúrbio e gerando um temor e preocupação não só com crianças, adolescentes, e idosos, mas também com os adultos.

## **Considerações da Mesa**

### **Jorge Cerqueira**

Falou do desafio em relação aos acidentes envolvendo afogamentos. Defendeu que as crianças precisam de orientação nas escolas, no dia a dia, nas redes sociais. Falou sobre o Programa Sobrasa, que tem o objetivo de fornecer ao legislador ferramentas de avaliação, educação, gestão de risco e manejo de mitigação dos afogamentos. Falou da importância de campanhas educativas no sentido da prevenção ao afogamento não só nas praias e rios, mas até mesmo em casa. Falou do grande sonho da Sobrasa, de um mundo sem afogamentos, mas ponderou que esse sonho sem profissionais preparados, qualificados e bem-pagos, será só um sonho. Pontuou que os agentes públicos são as pessoas capazes de fazer esse sonho se tornar realidade.



## **Pedro Barretto**

Afirmou que, devido à pandemia, o Brasil veio reduzindo as mortes por afogamento, embora a Bahia seja atualmente o estado com o maior número de afogamentos no país, muito por conta da falta de investimentos. Ressaltou que a Bahia foi pioneira em diversas questões relacionadas ao salvamento aquático, inclusive trazendo novas formas de trabalho ao longo dos últimos anos, mas que isso se perdeu, uma vez que o estado tem, ao contrário do país, crescido seus índices de afogamento. Ressaltou que a prevenção é a melhor forma de intervenção. Lembrou que a vida humana possui valor inestimável e que se estima que uma única morte por afogamento custe aos cofres públicos mais de 210 mil reais, sendo que tal valor nem de longe é investido na prevenção. Anunciou que exibiria alguns vídeos enviados diariamente pelos profissionais referentes às condições de trabalho dos salva-vidas, com o intuito de mostrar um panorama da situação.

Exibiu vídeos mostrando profissionais salva-vidas consertando a estrutura de seus próprios postos de trabalho; expondo a sujeira na qual os postos são encontrados, incluindo fezes e preservativos usados; a precarização da estrutura física dos postos, com unidades sucateadas, depreciadas e ineficazes; os telhados quebrados, acarretando a exposição dos profissionais ao sol e à chuva; a ausência de equipamentos adequados para os salvamentos, inclusive de imobilização; a situação das pranchas, laminadas há anos, extremamente pesadas e muito antigas, completamente inadequadas para o salvamento; profissionais trabalhando por meio de rondas, devido à precariedade dos postos; improvisações de postos onde não há; existência de postos novos ou recém reformados de forma completamente inadequada; profissionais descalços, sem receber treinamento apropriado para salvamentos em situações de alagamentos na cidade.

Afirmou que a Salvamar é chamada para atuar em situações de alagamento, embora não esteja incluída no contexto oficial da Defesa Civil. Comentou o vídeo que mostrava os profissionais do corpo de bombeiros utilizando roupas secas e calçado apropriado, enquanto os salva-vidas, chamados diretamente para agir na situação, encontravam-se descalços. Comentou sobre uma audiência pública sobre a mesma temática realizada no ano de 2015, que resultou em um projeto de indicação aprovado e encaminhado à prefeitura pedindo equipamentos e a requalificação dos postos. Comentou também sobre



uma denúncia formalmente feita no Ministério Público, que posteriormente se tornou um Inquérito Civil, com a realização de algumas perícias, sendo então remetido ao Ministério Público do Trabalho, onde foi aberto um novo inquérito que durou alguns anos em discussão, tentando chamar a Prefeitura para um acordo. Pontuou que, nesse período, a Prefeitura adotou medidas paliativas para tentar cumprir o que determinava a ação, como a distribuição de protetores labiais durante dois meses; a troca de bebedouros; a distribuição de garrafas, transferindo assim a responsabilidade de fornecer água potável que, segundo afirmou, é da Prefeitura, para os salva-vidas; o aluguel de 28 rádios para implantação de comunicação por rádio, o que não supria a necessidade, uma vez que existem cerca de 40 postos ativos, mais as equipes de rondas e o serviço interno. Afirmou que o Ministério Público do Trabalho, ao notar a ação protelatória da Prefeitura, resolveu abrir uma Ação Civil Pública em 2019, denunciando a Semop por essas condições de trabalho inadequadas. Explicou que, com a chegada da pandemia, ainda não conseguiram realizar a audiência de instrução. Afirmou que a Prefeitura está sempre realizando manobras para fugir ou protelar o diálogo com os salva-vidas, tendo alegado que em 2013 ou 2016 a União teria proibido a construção de estruturas na praia. Explicou que, no entanto, o projeto proposto não era um projeto de postos de salvamento aquático, mas sim continha postos de salvamento aquático. Afirmou que a Prefeitura está usando o embargo de uma obra que inclui sanitários públicos, área de lazer e grandes estruturas para justificar a não construção dos postos de salvamento aquático. Ressaltou que a categoria está há mais de 30 anos buscando a regulamentação federal, representada pelo PLC 42, que data de 2008 e está sofrendo resistência para ser colocado em pauta. Apelou à Câmara que produza uma moção de apoio para tentar pautar o projeto na CCJ, que é uma das últimas comissões do Senado que precisa apreciar o projeto.

## **João Franco**

Falou da nobre missão do salva-vidas ao entrar e sair do oceano, em qualquer condição que seja, para salvar a vida de um desconhecido, merecendo respeito e dignidade. Rechaçou a situação calamitosa na qual se encontra a categoria dos salva-vidas



atualmente, com postos de salvamento aquático caindo; ausência de banheiro; defasagem de pelo menos quatro anos no fornecimento dos uniformes; pranchas com 10 anos de uso, sendo que, quando bem conservadas, duram apenas dois anos; nenhum jet sky disponível, ou seja, ausência total das condições mínimas de trabalho. Conclamou a classe a se unir cada vez mais para mudar essa situação. Afirmou que a prefeitura deveria cobrir toda a orla de Salvador com salva-vidas. Ressaltou que, atualmente, seriam necessários pelo menos de 50 homens a mais na Salvamar para suprir a necessidade de pessoal no órgão, mas que foram recebidos apenas 17. Citou a reposição salarial de apenas 4% em 8 anos. Finalizou dizendo que está acontecendo um massacre com essa classe trabalhista, cujos profissionais estão sendo obrigados a vivenciar situações vexatórias, como, por exemplo, o uso de uniformes rasgados e sungas furadas.

### **Dr. Maurício Ferreira Britto**

Afirmou ter visitado os postos de trabalho da Salvamar dias antes da audiência. Começou pela Barra, onde descobriu que não havia postos da Salvamar na região, apenas bombeiros do Estado, com os quais conversou e constatou que se mostravam satisfeitos com as condições de trabalho, possuindo uniforme, protetor solar, protetor labial, boias e nadadeiras. Mostrou-se perplexo por não haver nenhum representante da Prefeitura na audiência. Ao chegar ao primeiro posto da Salvamar, constatou que estava abandonado. No posto seguinte, a mesma situação de abandono. Próximo à sede da Salvamar, encontrou alguns salva-vidas que se mostraram indignados com as condições de trabalho às quais eram submetidos. Havia recusa no uso do uniforme que, fornecido há tantos anos, já estava rasgado; ausência de boia, protetor solar e banheiro. Expôs fotos demonstrando a precariedade das condições dos postos feitas durante a visita supracitada. Falou da importância da oferta de equipamentos básicos de trabalho e de condições mínimas de dignidade para o exercício das atribuições, como um uniforme apresentável e um banheiro limpo.



## **Dr. Frank Monteiro Ferrari**

Comentou sobre a legitimidade do pleito, que vai além da questão classista e de categoria, alcançando uma dimensão pública importante. Lembrou que o próximo verão chegará, provavelmente com a situação da pandemia controlada, e que se espera que os profissionais salva-vidas estejam minimamente paramentados para exercer suas funções. Ressaltou que o diálogo é sempre o melhor caminho. Ponderou que o gestor tem um ponto de vista menos pontual e mais abrangente. Defendeu que mais do que apontar responsabilidades, é preciso sentar e construir soluções e caminhos possíveis. Propôs o estabelecimento de um plano de ação factível, dentro das possibilidades do Executivo Municipal, com medidas de curtíssimo, curto, médio e longo prazo no sentido de evoluir e sair do atual estado de coisas. Sugeriu a busca por alternativas de financiamento para suprir as necessidades mais urgentes e o estudo de possibilidades jurídicas de aporte de recursos.

## **Comentários da Plenária**

### **Antônio**

Afirmou que por considerar Salvador uma capital diferenciada por sua demografia e por ser uma das capitais mais ricas do Brasil, não consegue compreender por que tamanho descaso com os salva-vidas. Disse concordar que o diálogo e a diplomacia são o melhor caminho para a resolução de conflitos, mas entende que a situação já chegou a um ponto tão crítico que algo precisa acontecer de forma imediata. Pontuou que as atribuições dos salva-vidas vão muito além da questão do salvamento aquático, pois fazem busca de menor perdido, lidam com banhistas não só em estado de afogamento, mas também com problemas psicológicos tentando suicídio, ou seja, para além da atribuição formal, os profissionais também absorvem outras atribuições. Contou que trabalhou com um colega que afirmou se sentir um mendigo e que é assim que todos se sentem mesmo. Afirmou



que os profissionais salva-vidas estão adoecendo não somente pela exposição solar e agentes biológicos aos quais estão expostos, mas também por questões como a aposentadoria especial que vem sendo negada, sendo que há colegas com câncer de pele, por exemplo. Afirmou que o próprio Inema, que faz a medição da qualidade das águas, informa frequentemente que as praias estão impróprias para o banho e mesmo assim os salva-vidas continuam atuando.

### **Alves**

Afirmou que Salvador está prestes a sofrer a pior tragédia por afogamento da história, uma vez que existem dados que apontam que o maior número de óbitos ocorre em locais com ausência de postos de salvamento aquático. Enfatizou que os salva-vidas estão impossibilitados de trabalhar em seus postos devido à ausência de condições mínimas.

### **Geraldo**

Fez um apelo relacionado à sua aposentadoria, contando que atualmente está com 60 anos, tendo entrado na Salvamar aos 21. Explicou que seu condicionamento físico atual não é o mesmo de antes e que precisa descansar, pois seu dever já fora cumprido. Disse que deu entrada no processo de aposentadoria no ano de 2017 e que ele se encontra parado na Procuradoria Geral do Município.

### **João Carlos Miranda**

Lembrou que o salva-vidas não precisa estar bem apenas fisicamente, mas também psicologicamente. Falou sobre o risco de desenvolver câncer de pele, como alguns de seus colegas já desenvolveram devido à exposição solar sem proteção. Falou também do adoecimento decorrente da exposição constante dos profissionais às mudanças climáticas bruscas. Fez um apelo para a concessão dos pedidos de aposentadoria especial, uma vez que os profissionais recebem adicionais por insalubridade e risco de vida e mesmo assim o direito está sendo negado.



## **Fernando Tavares**

Falou sobre uma das funções do trabalho de salva-vidas, que é correr em disparada para realizar um salvamento, colocando o profissional sob o risco de sofrer uma arritmia ou até mesmo uma parada cardíaca. Abordou a ausência de preparo, aquecimento e lubrificação das articulações no momento que antecede o salvamento, uma vez que o salva-vidas sai abruptamente de uma situação de repouso e baixa frequência para outra caracterizada pela rápida subida da frequência, sem a devida lubrificação das articulações, acarretando, a longo prazo, a incidência de lesões, principalmente com o avanço da idade. Sugeriu a criação de uma comissão para avaliação do estado físico e psicológico dos salva-vidas, pois há diversos relatos de múltiplas lesões e hérnias entre os profissionais. Fez um apelo para que as autoridades olhem com mais atenção para os salva-vidas, pois embora amem o que fazem, estão perdendo a paixão pela profissão devido ao descaso com a categoria.

## **Considerações finais**

## **Pedro Barretto**

Solicitou apoio na elaboração de dois projetos de indicação: um que estruture a carreira dos salva vidas, pois o profissional de 60 anos não pode ser exposto ao mesmo ambiente de trabalho e atribuições do profissional de 18; e outro relacionado às condições de trabalho da categoria. Pediu apoio também no sentido da moção de apoio ao projeto de regulamentação federal. Relatou a existência de situações ainda mais graves em outros estados, nos quais existe o voluntariado remunerado. Por meio desse modelo, o salvamento aquático civil é realizado com supervisão, contratações e até alistamento



voluntário de civis, pagando-se diárias a quem se dispuser a fazer vigília de salvamento aquático. Rechaçou esse tipo de contrato.

### **Encaminhamentos:**

- Elaboração de relatório com todas as questões colocadas na audiência;
- Envio do relatório aos membros da Mesa, a todos os vereadores da Câmara, à Gestão da Salvamar, da SEMOP e da SEMGE e ao Gabinete do Prefeito.

Salvador, 17 de junho de 2022.

Augusto Vasconcelos

Vereador

Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Thamires Almeida

Coordenadora Técnica da Ouvidoria

Matrícula 6065